

Poder de barganha

Mais do que nunca, a dívida externa brasileira é o problema que mobiliza as paixões de nossos políticos. A natureza do problema não deixa dúvidas, é político e se coloca no centro das opções a serem tomadas não só pelo governo como, de maneira mais ampla, pelo conjunto da sociedade brasileira. Negar o caráter político da questão é, na prática, afirmar que não temos nem opções nem futuro.

A recente medida do governo Reagan, penalizando o Peru com a suspensão de toda a ajuda militar e econômica concedida àquele país, não pode ser vista como um gesto particular e sem vinculações com nossos problemas. A medida foi uma advertência e um aviso de que a política americana é de não fazer concessões em relação às dívidas dos países da América Latina. Foi um aviso para nós.

Não se pode nem mesmo considerar a posição do Peru como sendo a causadora do gesto do governo Reagan. Aquele país irmão, disse em alto e bom som, que não aceitaria colocar o futuro do país em questão, em função do pagamento da dívida. Afirmou soberanamente que reservaria parte ponderável de seu saldo comercial para o seu próprio desenvolvimento. Querer o contrário é pedir que governantes se transformem em autênticos interventores em seus próprios países, é querer transformá-los em autênticos agentes dos bancos internacionais e do FMI. Tal não é tolerável.

O exame da composição das dívidas de países do Terceiro Mundo evidencia que uma sua parcela importante é oriunda das altas taxas de juros, e que estes são elevados por política deliberada das grandes potências, que mantêm déficits orçamen-

tários que desafiam qualquer razão. Pedir que os devedores se curvem e não defendam os interesses dos seus países não é razoável.

O Brasil tem, na questão, uma posição moderada e procura encaminhar nossas negociações em tom razoável e cordial. Não levantamos oficialmente a questão da composição da dívida e nem elevamos o tom com nossos interlocutores. Desde a campanha, os candidatos da Aliança Democrática afirmaram claramente que o Brasil é bom pagador e que quitará o total do que deve. Entretanto, deixaram claro, também, que nosso País não pagará a dívida com fome e com retrocesso. O discurso de nossas autoridades é claro e preciso. Caso sejamos levados à recessão, caso sejamos impedidos de crescer economicamente, nunca poderíamos pagar a dívida. Esta é a premissa política básica de nossos negociadores, e em torno dela está unida toda a sociedade brasileira.

Nunca em nossa história se viu uma unanimidade tão grande. Não é só no mundo político que este fenômeno se verifica. As classes produtoras, os sindicatos de trabalhadores, as organizações políticas e cívicas, todos, se unem em torno da posição adotada pelo governo. Este fato é importante e reforça a posição dos nossos negociadores.

A força do Brasil não vem, porém, só da coesão de nossa frente interna. Como a oitava potência econômica do mundo, e com um dos maiores devedores, o Brasil, ocupa uma posição de liderança que não pode ser desconhecida de nossos credores. Uma ruptura com o Brasil traria a crise do sistema financeiro mundial. Isto nos dá força e aumenta nossa responsabilidade.